

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO – CTASP**

**Emenda Aditiva**

**PROJETO DE LEI N.º 6613, DE 2009**

“Altera dispositivos da Lei n.º 11416, de 15 de dezembro de 2006, Plano das Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências”

Art. 2.º A Lei n.º 11.416, de 15 de dezembro de 2006, fica acrescida das seguintes disposições:

“Art. 15 —  
.....”

.....  
.....

“§ 5.º - Fica instituída a licença especial remunerada por período não superior a 4 (quatro) anos, para realização de curso de pós-graduação *strictu sensu*, no Brasil ou no exterior para os servidores ocupantes dos cargos de Consultor e Gestores Judiciários da União, desde que o referido curso seja voltado para as atividades que o servidor esteja desempenhando no respectivo Tribunal.

**JUSTIFICATIVA**

A inserção desse novo parágrafo na legislação de regência dos servidores do Poder Judiciário da União objetiva estimular o aperfeiçoamento dos servidores nas atividades que desempenha no tribunal a que se encontra vinculado, concedendo-lhe a possibilidade de se ausentar para aperfeiçoamento em cursos de mestrado e

doutorado, sem a perda de sua remuneração, pelo período em que estiver cursando o mestrado ou o doutorado, desde que o referido aperfeiçoamento se dê em área diretamente relacionada com as atividades que está desempenhando no respectivo tribunal.

Tal medida foi recentemente adotada para os servidores do Poder Legislativo e a sua implementação no âmbito do Poder Judiciário é medida que asseguraria a paridade de benefícios entre os servidores dos três Poderes (isonomia), além de possibilitar aos tribunais a manutenção de servidores altamente qualificados para o assessoramento direto das autoridades judiciárias, reforçando a idéia atualmente existente na alta cúpula do Poder Judiciário de realizar a prestação jurisdicional com alto grau de qualidade e eficiência.

**Sala das Comissões, de fevereiro de 2010.**

**RÔMULO GOUVEIA**

Deputado Federal

PSDB/PB